

As inundações e os problemas de ordenamento do território

José Eduardo Ventura

Departamento de Geografia e Planeamento Regional
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
Av. de Berna, 26C, 1069-061 LISBOA

Tel.: +351.217933919

Fax: +351.217977759

e-mail: Jes.Ventura@mail.telepac.pt

Durante o Outono de 1997 frequentes chuvadas fustigaram o país, quer no continente quer nas ilhas. Na região de Lisboa, onde se registaram períodos de chuva muito abundante, os prejuízos materiais foram elevados e consequentes da inundação das áreas baixas onde converge e se concentra o escoamento.

A repetição de episódios deste tipo levou, na altura, a autarquia de Lisboa a afirmar que a situação estava sob controlo e a capital preparada, em termos de infra-estruturas de saneamento, para dar resposta a estas situações. Contudo, quando imediatamente depois se verificam fortes chuvadas, as inundações repetiram-se. Pode, em consequência, dizer-se que o planeamento da cidade se tem alheado das situações de risco deste tipo que, apesar de não serem comuns, não são de modo nenhum raras ou invulgares, especialmente nesta época do ano (em Dezembro de 1876 e em Novembro de 1967 e de 1983 registaram-se mais de 100mm em 24 horas).

No entanto, a autarquia parece ignor -las, apontando explicações que   primeira vista parecem óbvias mas são algumas vezes inconsistentes. Assim, por exemplo, uma das inundações foi justificada pelo facto de se ter verificado o dia de Outubro mais chuvoso do século, omitindo-se que noutros meses têm já ocorrido quantitativos superiores. Pode dizer-se que se tratou de um recorde oportuno que, referido assim, deu ao acontecimento o carácter de conveniente excepcionalidade, para mostrar que não esteve em causa o funcionamento do sistema de saneamento das águas pluviais.

Quanto às causas potenciadoras das inundações, para além da precipitação que fornece a “matéria prima” e das marés que dificultam a sua evacuação nas áreas baixas da cidade, podemos apontar como causa geral a ineficácia do planeamento, instrumento de um ordenamento por vezes sem um mínimo de razoabilidade, ao qual se junta uma causa mais próxima, resultante da desordem em que funcionam as obras na cidade. Nestas, as áreas de intervenção não estão estruturadas de modo a fazerem o escoamento das águas pluviais, às quais proporcionam abundante carga sólida. Estas  guas, pela quantidade de materiais que

arrastam, entulham as sarjetas que, frequentemente, não estão dimensionadas para as receber. Também os solos expectantes e, por vezes, as áreas ajardinadas ou com essa finalidade, especialmente se possuem talhões inclinados, fornecem grandes quantidades de águas carregadas de sedimentos, com efeitos no escoamento superficial semelhantes aos referidos.

Nos bairros mais antigos da cidade há frequentemente obra feita que mostra, nalguns casos, intervenções de duvidosa eficácia, a ajuizar pelas declarações dos moradores, nomeadamente a substituição de colectores. Nos sectores de mancha urbana em expansão, uma visita ou a observação a partir de um local panorâmico permite encontrar uma falta de lógica de conjunto, um crescimento por sectores sem coerência e articulação, pontuados por várias obras em curso.

Contudo, poderíamos pensar que a situação actual se relaciona com esta fase de desenvolvimento e será superada uma vez concluídos os trabalhos em curso. No entanto, uma vez terminados aqueles, as novas áreas urbanas não terão só problemas de ordem estética e social, resultantes do “amontoado” de urbanizações, reveladoras da falta de critério que preside ao seu licenciamento, mau grado as regras impostas por figuras de plano e por toda a legislação avulsa existente. O pior acontece, em geral, quando tudo parece terminado e surge uma daquelas chuvadas, que não são raras, mas que o facilitismo não teve em conta. A insuficiência do escoamento subterrâneo originará a concentração das águas pluviais à superfície e o arrastamento de terras e outros materiais, que se irão depositar onde a corrente perde velocidade e capacidade de transporte. Algumas ruas transformam-se em autênticos rios e as áreas baixas ou de menor inclinação em lagos onde se acumulam lamas, terras e lixo.

Por quase toda a Área Metropolitana de Lisboa, as baixas são invariavelmente afectadas por inundações, sempre que chove com mais intensidade: as águas tendem sempre a seguir o seu caminho natural, concentrando-se nos locais mais deprimidos. Nestes, a medida preventiva mais eficaz será a de, no futuro, assumir com coragem que há áreas nas quais tem de ser interdita a impermeabilização, quaisquer que sejam os interesses em jogo. As baixas inundáveis, livres de construções, facilitam o escoamento em situações críticas e, sendo alagáveis, têm a vantagem de contribuir para a diminuição dos caudais de ponta de cheia, incrementar a infiltração e, conseqüentemente, a recarga dos aquíferos subterrâneos, em regiões onde vastas superfícies foram artificialmente impermeabilizadas.

Quando chove com muita intensidade haverá sempre grandes quantidades de água à superfície para serem escoadas, sendo a solução mais eficaz a que conseguir encontrar o melhor caminho para a sua rápida drenagem ou nalguns casos, a sua retenção à superfície, para posterior integração no sistema de saneamento. Deste modo, evitar-se-ia a concentração em locais críticos e, sobretudo, o escoamento concentrado e impetuoso que, arrastando terras e entulhos, potência o poder destruidor das águas.

Assim, perante estes factos, mais do que explicar o óbvio por caminhos escusos, procurando atribuir as culpas às precipitações superiores ao habitual e às marés, julgamos que a situação actual, além da substituição e rectificação dos colectores nas áreas mais problemá-

ticas, permitindo uma maior capacidade de escoamento, exige um rigoroso levantamento das áreas afectadas, a inventariação das causas que potenciam as inundações e as propostas de intervenção que as permitam evitar. Será também útil considerar as obras feitas depois das inundações de 1983 e que provaram a sua eficácia durante estas chuvadas e de que é exemplo a Baixa de Cascais.

Deste modo, consideramos que um dos documentos que está por elaborar, imprescindível ao correcto ordenamento do território, é a carta dos riscos de inundação, quer para a região de Lisboa e outras áreas densamente urbanizadas, quer para o país em geral, como foi provado pela dimensão das inundações ocorridas em 1997 no Algarve e especialmente no Alentejo, onde parecem não encontrar eco na memória das populações. A delimitação dos sectores de maior vulnerabilidade a este tipo de fenómeno extremo poderia aproveitar os ensinamentos deste episódio, nomeadamente da magnitude e destruição que podem causar, de modo a precaver o futuro.

A situação vivida no Baixo Alentejo, a 5 de Novembro de 1997, em que as águas subiram vários metros acima do nível do leito de inundação de muitas pequenas ribeiras, veio mostrar a dimensão do seu poder destruidor e a precaridade das construções que encontram pelo caminho. Os prejuízos materiais e humanos só não atingiram maiores proporções por se tratar de uma região pouco povoada e em que os aglomerados populacionais se localizam, na sua maioria, em locais elevados, com boa exposição solar, em detrimento do abrigo proporcionado pelos vales. Algumas das povoações mais atingidas correspondem mesmo a núcleos de desenvolvimento recente, em função de infra-estruturas como o caminho de ferro.

Mais uma vez será de lamentar a reconstrução das habitações no mesmo local e a sua falta de protecção relativamente a outras inundações desta magnitude. O esforço de investimento, das populações e do Estado, na reconstrução será, se assim acontecer, inglório. Como os fenómenos naturais não têm periodicidade marcada, haverá sempre probabilidade de nova destruição, mesmo a curto prazo. Deixar reconstruir sem impor restrições incentivará a que daqui a algum tempo surjam novas construções e se potenciem os prejuízos, para quando houver uma próxima vez.

As populações têm geralmente uma boa dose de bom senso, mas também é verdade que dentro de alguns anos os acontecimentos presentes serão factos longínquos, especialmente para os mais jovens, e estas situações de risco só serão evitadas com a implementação de mecanismos necessários à efectiva proibição de construções nos leitos de inundação.

Ao poder central cabem as decisões de promover o levantamento das áreas críticas ao nível do país. Contudo, o poder autárquico tem uma enorme responsabilidade em matéria de licenciamento, fiscalização e esclarecimento. As suas decisões não devem ser fruto da influência de grupos de pressão nem apenas das vantagens conseguidas com a concretização de projectos imobiliários. Deverão, acima de tudo, ser fundamentadas tendo em conta a salvaguarda do património comum e dos interesses das populações. Esperemos que no futuro não sejam necessárias ocorrências deste tipo para travar a realização de empreendimen-

tos em pleno leito de cheia, ou para levantar a questão da responsabilidade de legalização de outros já construídos, como aconteceu na região de Lisboa.

Assim, a todos os que tomam decisões em matéria de ordenamento do território, é necessário exigir eficácia e coragem de actuação. As decisões que sancionam devem ter em conta não só benefícios como também possíveis prejuízos, tendo sempre presente que o facilitismo em matéria de ambiente paga, a prazo, juros elevados.